



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AÇÃO EDUCATIVA: IDENTIDADE E MEMÓRIA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Ana Lúcia Sant'Anna Farias
Secretaria de Estado da Educação/SC e PPGE/UFSC
anafarias@sed.sc.gov.br

Suzy de Castro Alves
Secretaria de Estado da Educação/SC
suzy@sed.sc.gov.br

Tuíra Castro Alves Cardoso
Acadêmica do Curso de História da UDESC e Direito/UNIVALI
tuiracastro@hotmail.com

1.Introdução

O presente estudo aponta para a reflexão de uma ação educativa a partir da escolarização de jovens e adultos do Programa Saberes da Terra¹ com qualificação social e profissional para o ensino fundamental no Estado Santa Catarina. A escolarização possibilitou reflexões sobre cultura, etnia, identidade e memória.

O Programa (Convênio nº 069/2005/MEC/SECAD) foi uma parceria entre os Ministérios de Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse programa tem como objetivo desenvolver uma política de Educação do Campo que possibilite a jovens e adultos da agricultura familiar, excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade EJA, integrando Ensino Fundamental e Qualificação Social e Profissional.

Das onze comunidades quilombolas certificadas no Estado, a Aldeia (localizada no município de Garopaba) foi referência para esse estudo. Algumas razões impulsionaram a escolha dessa comunidade, entre elas destacam-se olhares diferentes para o trabalho de escolarização realizado durante dois anos com os jovens e adultos da comunidade. A partir do “eixo voltado à identidade, cultura e etnia”, possibilitou reflexões do Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Educação que atuava no

¹ O programa Saberes da Terra inicia no Estado de Santa Catarina, em parceria pela Secretaria de Estado da Educação, no ano de 2005 sob a Coordenação de Suzy de Castro Alves. Houve a participação do Núcleo para as Questões Étnico Racial representado do por Ana Lúcia Sant'Anna Farias e o Núcleo de Educação Ambiental representado por Neide



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Programa, partindo das práticas pedagógicas relacionadas com o contexto quilombola, bem como fora dela. Destaca-se também o ensaio sobre memória quilombola de uma acadêmica do Curso de História da UDESC² proporcionado pelas disciplinas de História da África e Teoria da História.

As questões pedagógicas relacionadas à identidade e cultura fizeram parte de um dos eixos para subsidiar o trabalho dos formadores nos estados onde o programa estava sendo desenvolvido. A formação dos formadores dos Estados, coordenada pelo SECAD/MEC³, subsidiou a formação dos professores do Programa em Santa Catarina sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação – SED.

O processo de investigação ocorreu a partir do acompanhamento pedagógico na turma, avaliação da escolarização com a participação dos professores e alunos, entrevistas, análise de documentos, depoimentos de alunos, alunas e professores.

.A Formação dos Quilombos

Quilombo é um termo procedente dos africanos, originário da língua banto umbundo, pronunciada na África Central, que significa povoação. Aqui no Brasil, sob o ponto de vista histórico, essa povoação se constituiu de forma bem diferente. A formação dos quilombos inicia desde o primeiro dia da colonização e se estende até o fim do regime escravista. Pois, enquanto durou a escravidão institucionalizada, existiram quilombos, sobretudo nas regiões nordeste e sudestes, onde se concentravam as plantações de cana de açúcar.

No território brasileiro, os homens e mulheres, oriundos das diferentes partes do continente africano, se tornaram escravos dos senhores de engenhos, donos das fazendas de cana de açúcar. Eles foram submetidos a qualquer tipo de trabalho e designados as piores formas de tratamentos que se baseavam na violência, castigos e punições. Na concepção de (MOURA, 1981), todo esse maltrato acometido na escravidão, contribuiu para o escravo não perder de vez sua interioridade humana, muito pelo contrário, deu-lhe forças e condições para criar movimentos e atitudes

² Tuíra Castro Alves Cardoso acadêmica do Curso de História da apresenta questões relacionadas à memória.

³ Atualmente SECADI/MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

contraditórios ao regime. Rebelatto (2006, p.02) ainda afirma que “a resistência serviu como estratégia para os escravos reconstruírem as práticas do seu cotidiano, intencionando melhores condições de vida e de trabalho”.

Nessa reconstrução das práticas cotidianas a fuga, naquele momento, foi um dos mecanismos utilizados pelos escravos a afastarem-se daquela situação desumana, além da exploração da força de trabalho, da violência e, o pior, das proibições culturais. Assim sendo, gradativamente, os escravos que conseguiam fugir embrenhavam-se pelas matas e, pouco a pouco, formaram agrupamentos de resistência, uma nova comunidade, no território brasileiro, denominada como “quilombo”.

O quilombo é a primeira forma de organização coletiva como meio de subsistência. Ele foi se constituindo e se disseminando por todo o país, estabelecendo uma cultura de resistência que se perpetuou por quase quatrocentos anos. O conceito de quilombo atravessa diferentes tempos e espaços na historiografia brasileira. No decorrer do período colonial e imperial o seu conceito esteve associado à resistência e a fuga na intenção de enfraquecer ou, até mesmo, extinguir o regime escravista. Nesse contexto, segundo Munanga (2004, p. 70), “o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: *toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.*”

No Brasil, quando se fala em quilombos, os estudos remetem a esse conceito emitido pelo Conselho Ultramarino que, muito embora os anos tenham passado, perpetuou-se como definição clássica do conceito de quilombo até meados dos anos 70. Além disso, esse é um conceito que restringe o conceito de quilombo somente ligado a cativo, luta e fuga, dissociando da construção histórica da identidade cultural, dos princípios da oralidade, memórias, do legado de experiência coletiva. Munanga define o quilombo como sendo

“uma experiência coletiva, não só dos africanos, mas de seus descendentes, somados as tantas experiência trocadas em seu interior pelos diferentes sujeitos que por lá se abrigaram como de mestiços, indígenas, inclusive os brancos destituídos da sociedade colonial. (MUNANGA, 2004, p. 72)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Inúmeros quilombos foram se constituindo em alguns estados brasileiros. Entretanto, o maior e o mais conhecido dos quilombos brasileiro foi o quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, atual Estado de Alagoas. Em se tratando do Sul do Brasil, mais precisamente, o Estado de Santa Catarina, não há como negar a ocorrência da escravidão, muito embora não se tenha dado destaque no decorrer da construção histórica da presença e da contribuição do negro para o desenvolvimento do território catarinense. No entanto, Pedro (1988) nos assegura que:

Santa Catarina, particularmente, nunca fez parte dos centros mais dinâmicos do país, voltados para o abastecimento do mercado externo com produtos tropicais. Tampouco se converteu numa região complementar importante para o suprimento do mercado interno como alimentos, meios de transporte e de tração, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul. (PEDRO, 1988, P. 9.)

Isso nos leva a crer que os colonizadores não enxergavam no território catarinense um ambiente favorável para a expansão dos interesses econômicos, primeiramente porque o solo não era propício para o desenvolvimento de plantações de produtos tropicais. Além disso, não havia indícios da existência de metais e pedras preciosas por esses campos, materiais tão cobiçados pelos portugueses. Por outro lado, a localização do Estado possibilitava a passagem de mercadorias contrabandeadas do Peru. A região servia também para capturar os gados que fugiam e vinham pastar por esses campos oriundos do atual Rio Grande do Sul e regiões próximas.

Mesmo com tamanha inexpressividade na agricultura, a colonização na província de Santa Catarina foi demarcada de forma distinta em relação às demais regiões do país, porque a produção desenvolvida era de subsistência e isso conteve o comércio de escravos. Contudo, Pedro (1988), ainda afirma que, em Santa Catarina, a aquisição dos escravos aconteceu para a utilização doméstica, contraído pela elite local, constituída por comerciantes, burocratas ou oficiais militares, que tentava se autoafirmar socialmente.

Entretanto, após a abolição os quilombos foram se organizando em espaços de conquista da liberdade e de preservação da cultura por todo o Brasil, inclusive em Santa Catarina. Nesse contexto o quilombo não representa mais o esconderijo de escravizados, mas sim, espaço de conquista. Na concepção de Gonçalves e Gonçalves e Silva (2007,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

p.182), a situação educacional dos negros seria bem diferente se o regime colonial tivesse adotado outras medidas para a política educacional daquele período. No entanto, o sistema educacional brasileiro não assumiu o compromisso político e institucional pela construção e elaboração de políticas públicas de educação comprometidas com a promoção da igualdade étnico-racial e, com isso, perpetuou e ainda perpetua, com as ideologias racistas, além de reforçar as desigualdades raciais. Os autores ainda comentam que o sistema educacional brasileiro encontra-se estruturado em dois eixos: a exclusão e o abandono.

O período pós-abolicionista deu início a uma nova e longa batalha para o negro ex-escravizado, ou seja, principia a luta de sua inserção na sociedade de classe que na ideia de Fernandes (1965),

A desagregação do regime escravocrata e senhorial aconteceu no Brasil sem que o negro se cercasse da demissão dos agentes do trabalho escravo, dando-lhe assistência e garantia, protegendo-os durante a transição para o sistema do trabalho livre. (FERNANDES 1965, p. 11)

O autor quer dizer que nesse sentido não houve uma preparação para a nova vida e trabalho e, repentinamente, o negro se viu senhor de si mesmo, responsável pela sua pessoa e seus dependentes, embora não dispondo de meios materiais e morais para fazer parte nos quadros sociais, econômicos e políticos do país. Relembremos aqui que ao negro foi negada a educação.

A partir do século XX, teve início o primeiro movimento de massa pós-abolicionista, denominado como Frente Negra Brasileira cujo objetivo principal foi de inserir o negro na política. No entanto, para ser concretizado tal objetivo, tornou-se necessário alfabetizá-los, pois, conforme temos conhecimento, os negros, em sua maioria, não sabiam ler e escrever. Imediatamente foram providenciadas salas de aulas para alfabetizá-los.

Continuando com a trajetória de mobilização da luta dos negros pelos seus direitos, pode-se destacar a implantação do Teatro Experimental do Negro (TEN) que também se preocupou em educar, formar e apresentar os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra. Além disso, o TEN foi responsável pela publicação do Jornal



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Quilombo⁴, elaborado por seus militantes e também manteve o trabalho de alfabetização, conseguindo alfabetizar uns seiscentos alunos.

Porém, segundo Farias (2007) a resistência da população negra não finda com a abolição. Não obstante, nós descreveríamos que a luta não encerrou com abolição, pois em nossa concepção, um novo cenário se configurou a partir da abolição, a opressão social, a batalha pelo espaço da inserção no mercado de trabalho, o combate contra o estigma construído no período colonial e que se mantém até os dias de hoje.

Na década de 70 do século XX os trabalhadores brasileiros se juntam na tentativa de redemocratizar o país pondo fim a ditadura militar e a exploração capitalista. Essa mobilização em massa pode contar também com a participação do movimento negro que também se organizava na luta contra as desigualdades raciais. A luta contra a discriminação começa a se fortalecer a partir de um grande ato público, realizado na capital do Estado de São Paulo, reunindo diferentes organizações do movimento negro. O combate ao preconceito racial, as questões sociais e educacionais foram os principais temas das discussões. Essa grande manifestação acarretou na unificação dos movimentos, fazendo surgir o Movimento Negro Unificado (MNU). Entre as reivindicações apresentadas pelo MNU, naquela época, em 1978, estavam à superação do racismo na educação escolar, a inclusão do negro na política e as conquistas em favor das comunidades quilombolas.

Nos anos que se seguiram, o movimento negro realizou diversas atividades de mobilização chamando a atenção dos gestores públicos para efetivar políticas públicas de moradia, educação, saúde, renda, entre outras, e que fosse capaz de construir meios para a sobrevivência dessa população que ainda se encontrava desprovidos nessas áreas. A pressão dos movimentos resultou na regulamentação do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, que garantiu "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Com esse ato, o governo brasileiro além de assumir o compromisso histórico de reparação com os remanescentes de quilombos, proporcionou um novo

⁴ Para saber mais ver Munanga (2004): Para entender o negro no Brasil de hoje.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

caráter fundiário, sem contar na ênfase da cultura, da memória, da história e da territorialidade, uma inovação no Brasil, que é o reconhecimento do direito étnico. E, deste modo, surge a partir daí “os quilombos contemporâneos” com novos desafios, a posse definitiva de suas terras e a preservação da cultura. Sua luta agora é a luta pela sobrevivência, desenvolvimento sustentável e a cultura de subsistência.

Em novembro de 2003, foi assinado o Decreto 4.887 que regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Após a divulgação dos documentos supracitados, algumas comunidades manifestaram interesse em regularizar as terras onde viveram os seus antepassados, bem como obter o seu reconhecimento como os remanescentes de quilombos.

Segundo nos informa a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, criada desde 1988, com a principal função de promover e preservar a cultura afro-brasileira existe mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional, desde 2004 até o presente momento, no Estado de Santa Catarina, onze comunidades remanescentes de quilombo têm os seus respectivos certificados emitidos, publicados em diário oficial. São elas: Herdeiro da Invernada dos Negros, Valongo, São Roque, Morro do Fortunado, Campus do Poli, Santa Cruz, Morro do Boi, Família Thomaz, Tabuleiro, Caldas do Cubatão e Aldeia.

3.Situando a Comunidade Aldeia

A comunidade da Aldeia se localiza no bairro Campo D’uma, zona rural do município de Garopaba, litoral do Estado de Santa Catarina. O processo de autoidentificação da comunidade como quilombola, teve início em 2006, amparado no currículo do Programa Saberes da Terra, que tinha entre os seus eixos norteadores, as relações étnico-raciais. As práticas de sala de aula eram conduzidas a luz da história e cultura africana e afro-brasileira, amparada na Lei 10.639/03. Nesse o contexto, o termo quilombo, também amparado em legislação, ultrapassa a história baseada na fuga dos escravos. Fundamentada numa perspectiva contemporânea, dentro de uma visão mais ampliada, o conceito de quilombo gira em torno de novos desafios, a luta pela posse



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

definitiva da terra e a preservação da cultura que reúne um verdadeiro universo de tradições.

Entretanto, a partir de 2006, alguns diálogos foram encadeados no interior da comunidade da Aldeia, com o objetivo de sensibilizar os moradores da importância da autoidentificação e autorreconhecimento da identidade quilombola. De lá em diante, o processo necessário para a titulação como comunidade quilombola começou a se materializar, foi preciso remexer o baú das memórias o qual Legoff (1996, p.427) afirma que “na maior parte das culturas sem escrita, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana”. Essas memórias, no caso da comunidade da Aldeia, dividiram-se em registros tantos escritos como orais. Os registros escritos foram os documentos comprobatórios de legitimação da terra, testamento herdado, recibo de compra. Já os registros orais, estes são recuperados por meio da memória dos antepassados e vai perpassando por entre gerações. Nesse sentido, a palavra tem muita força e Leite (2004, p. 35) alega que “a palavra é um elemento preciso utilizado na vida cotidiana para a comunicação”. Na Aldeia a palavra se transformou em um baú vivo das lembranças, arquivo histórico oral que contribuiu para recupera da história da comunidade.

A partir daí, em 2006, conforme o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, os moradores da comunidade da Aldeia iniciaram o processo de busca do seu reconhecimento como remanescentes de quilombos. A partir do processo de identificação, em 27 de dezembro de 2010, a Fundação Cultural Palmares emitiu o certificado reconhecendo a comunidade da Aldeia, localizada no Campo D’Una, município de Garopaba, litoral do Estado de Santa Catarina, como sendo remanescentes de quilombos.

Esse certificado contribuiu para reorganização política e cultural da comunidade. Iniciando pelas relações internas e externas. Diferentes contatos foram estabelecidos. De um lado as instituições governamentais como INCRA, MDA e Universidade Federal. E por outro, as diversas entidades do movimento negro, especialmente o MNU. Com essas relações, novas experiências foram apreendidas.

Conforme Silva (2010) o reconhecimento de um quilombo no Brasil envolve, além da política, ordem técnica, já que seu reconhecimento passa por uma análise sobre



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

o uso da terra, destino da produção, organização da comunidade, vínculos territoriais, expressões culturais, autodefinição e inter-relações com os outros grupos existentes na região.

Em relação ao certificado, a comunidade da Aldeia ainda se encontra na invisibilidade. Não existe um reconhecimento por parte do Poder Público municipal. O destaque em Garopaba é o balneário belíssimo, próprio para a prática do surf, abrindo espaço para o turismo. Atrai turistas de toda a parte do Brasil e fora dele. Ao perguntar sobre a Comunidade Quilombola da Aldeia, é comum ouvir como resposta que não sabem e ao explicar dizem: “ah, como? São os negros do Campo Duna”? Conclua-se que não conhecem a Comunidade Quilombola da Aldeia. Quem existe na comunidade, os negros do campo duna.

Na Comunidade da Aldeia possui atualmente 131 pessoas, distribuídas em 34 famílias. O índice de escolarização é baixo, além disso, há falta de emprego, pois muitos dos moradores trabalham na temporada de verão, passando esse período ficam desempregados.

Todas as casas possuem instalações sanitárias e dispõem de água encanada e eletricidade. Na parte central da comunidade, estão algumas casas, encontramos juntamente aos “terrenos”, hortas, galinheiros, bem como estrebaria para o gado, pastos, o engenho⁵ que funcionou como espaço de sociabilidade e escolarização e atualmente, deteriorado pelo tempo foi desmontado. Ao fundo da Comunidade, terras destinadas ao cultivo, principalmente, de banana, milho, mandioca e feijão. Os produtos cultivados destinam-se ao auto consumo da comunidade. Ao contrário do que acontecia tempos atrás, as terras da comunidade não são suficientes para produzir inteiramente o sustento daqueles que ali vivem.

Atualmente, o sustento da maior parte dos moradores da comunidade depende do trabalho assalariado e do trabalho gerado nas temporadas de verão. As atividades remuneradas para os homens em geral são de pedreiro, frentista, instalador elétrico e para as mulheres, trabalho nas pousadas e restaurantes, professora e doméstica.

⁵ O engenho que existe a mais de cem anos não suportou o desgaste do tempo. O desejo revelado pelos professores dos saberes da terra era a preservação do espaço e já sabia da necessidade de uma reforma, mas, faltou financiamento.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Em relação ao grau de parentesco, os moradores da Aldeia costumam referirem-se si próprios com a expressão “tudo é parente”, reafirmando um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco. São considerados parentes “legítimos”, “primeiros” ou “mais chegados” todos aqueles entre os quais o parentesco está baseado num laço biológico de consangüinidade. Já os parentes “ilegítimos” são aqueles que originários de outras comunidades ou lugares, mantendo com os membros da comunidade da Aldeia relações de parentesco baseados em laços de afinidade.

As atitudes de solidariedade ocorrem entre parentes, cujos laços de parentesco, está baseado na consangüinidade. Por exemplo, é muito comum, na realização de pequenos trabalhos, como cortar lenha, lavar roupa, consertar algum dano ocorrido na casa, etc, consangüíneos “ofereçam” ajuda, mesmo que esta não tenha sido solicitada.

Até hoje se têm uma atitude de obediência e respeito, para com todos os consangüíneos classificados como “os mais velhos”, ou seja, aqueles que estão uma ou mais gerações acima. Mesmo com a morte da Vó Cilóca (Celecina de Jesus) em 2009, outra matriarca “assume” a liderança da comunidade que é Adelaide Maria de Jesus.

4. Escolarização de jovens e adultos Quilombolas no Programa Saberes da Terra

O desafio do Programa era formar professores para se debruçarem nos eixos temáticos problematizando as várias áreas do conhecimento. Para esta finalidade foram realizados os seminários estaduais, com o objetivo de capacitar professores para trabalhar com este novo desenho pedagógico voltado ao currículo integrado. Portanto, era mais do que necessário um conteúdo trabalhado que estivesse vinculado à prática social dos homens e mulheres do campo. Isto remete a necessidade de estabelecer um constante diálogo com a realidade para que os conteúdos sejam significativos e de relevância, possibilitando ao aluno uma leitura e compreensão da totalidade do conhecimento e para que possam levantar questionamentos e discussões sobre a prática social e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto e com propostas diferenciadas de escolarização, o professor deveria proporcionar atividades ou situações problemas que conduzissem à compreensão dessa realidade, ou seja, do momento histórico no qual o aluno está inserido. Com isso surgem questões voltadas à identidade, cultura e etnia, bem como,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reflexões voltadas à auto-identificação dos sujeitos abordada em sala de aula que, em alguns momentos, mexeu com a história das suas origens, culturas e identidades, levando-os a se reconhecerem como remanescentes de quilombos. Para essa identificação retoma-se a memória da Comunidade Quilombola. Continua presente a recuperação dos princípios ancestrais quilombola segundo o professor Manoel.

Historicamente o sistema formal de ensino vem de alguma forma excluindo uma parcela significativa de crianças e jovens do ensino regular. No sentido de promover o acesso e retomada aos estudos, o Saberes da Terra cria oportunidades de elevação da escolaridade, qualificação social e profissional. Pretende-se, com essa integração da qualificação profissional com as políticas públicas de educação, superar a dicotomia existente entre educação básica (Fundamental, Média e de Jovens e Adultos) e Profissional. Apresenta como eixo articulador: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável e como eixos temáticos: Agricultura familiar; etnia, cultura e identidade; Desenvolvimento Sustentável e solidário com enfoque territorial; sistemas de produção e processos de trabalho; economia solidária; Cidadania, organização social e políticas públicas.

O grande eixo para a os professores quilombolas do programa esta ligado a: agricultura familiar: etnia, cultura e identidade; eixo que provocou desafios para professores e estudantes. Ao trazer essa discussão que envolvesse o autoreconhecimento, os desafios foram lançados no sentido de provocar a reflexão.

Durante a Formação Continuada⁶, a proposta de construção da linha do tempo tinha como objetivo trazer para o grupo de educadores as discussões que estavam fazendo com os estudantes. A organização e a prioridade dos conteúdos foram apresentadas pelos professores da Comunidade Aldeia⁷.

“Iniciamos com a discussão da Certificação de nossas terras – Movimento Negro Unificado”;

“Organização da turma com o levantamento pedido pela Secretaria para saber quantos afro-descendentes se identificavam”;

⁶ Realizada no ano 2006, Formação Continuada para os Professores do Programa pela docente e cooordenadora: Suzy de Castro Alves

⁷ Manoel dos Passos e Reginaldo Lemos , professores e moradores da Comunidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“Formação das turmas, diagnóstico da comunidade - Quem somos? De onde viemos? O que queremos? Janeiro a julho 2007;

“Nosso espaço – nossa terra; proposta de restauração do engenho para um centro cultural dentro da comunidade”;

“Capacitação do professor e do técnico agrícola”;

Algumas reflexões sobre memória e construção de identidade Quilombola

Quando se fala de memória entra-se em um campo muito complexo em que envolve o pensamento humano. Muitas são as teorias e estudos que existem a esse respeito, ramos específicos da ciência, como psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia, entre outros, desenvolvem estudos para se aprofundar nos conhecimentos sobre a memória. Porém, também existem explicações antigas que estão relacionadas com a espiritualidade, ancestralidade, e com eventos mais abstratos que a ciência tradicional não reconhece.

Em seu livro, Jacques Le Goff cita Leroi-Gourhan que distingue três tipos de memória: a memória específica, a memória étnica e a memória artificial. Dentro da memória étnica o autor destaca a designação da memória coletiva para os povos sem escrita que possuem como parte de seu cotidiano a acumulação de elementos na memória. Nesses povos sem escrita a memória coletiva se cristaliza principalmente em torno dos mitos de origem. Le Goff conta uma situação em seu livro:

No Congo, nota Balandier, depois do clã ter imposto ao recém-nascido um primeiro nome dito “de nascença”, dá-lhe um segundo, mas oficial, que suplanta o primeiro. Este segundo nome “perpetua a memória de um antepassado ancestral – cujo nome é assim “desenterrado” – escolhido em função da veneração de que é objeto. (2003, p.425)

A presença da tradição oral vivida na sociedade grega, também se evidencia nas sociedades africanas. “É, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte.” (KI-ZERBO, 1982, p. 182). O que faz com que o homem esteja mais comprometido com a palavra quando vai proferi-la, pois “ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é.” (KI-ZERBO, p. 182). Por isso, existia um grande comprometimento das pessoas que viviam nessas sociedades de somente dizer as palavras quando necessário, pois além de possuírem grande força são elas que faziam com que a memória fosse transmitida entre as gerações. Contar mentiras, para muitas comunidades africanas, era algo abominável, pois além de estar corrompendo a sua



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

própria palavra, poderia corromper rituais. “A proibição da mentira deve-se ao fato de que se um oficiante mentisse, estaria corrompendo os atos rituais.” (KI-ZERBO, p.189)

Existem personagens emblemáticos dentre dessas sociedades que possuem, também, o objetivo de manter o grupo coeso e a memória viva. São pessoas, em suas funções diversas, que detêm o conhecimento da longa memória da sociedade como os chefes de famílias idosos, bardos, sacerdotes e, também, genealogistas, historiadores da corte e tradicionalistas. No entanto, a memória coletiva não funciona de maneira mecânica, em que são transmitidas as palavras exatas todas as vezes que é repassado o conhecimento, pelo contrário, o importante é a dimensão dada à uma narrativa criativa. Em Le Goff:

A memória coletiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma “reconstrução generativa” e não segundo uma memorização mecânica. Assim, segundo Goody, “o suporte da rememoração não se situa ao nível superficial em que opera a memória da ‘palavra por palavra’, nem ao nível das estruturas ‘profundas’ que numerosos mitólogos encontram [...]. Parece, ao contrário, que o papel importante cabe à dimensão narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos. (2003, p. 426)

A partir do que foi exposto e discorrido trago para análise a situação da memória em uma Comunidade Quilombola atual. Existe uma grande discussão em torno da ancestralidade desse grupo, e hoje os próprios estão trabalhando, pensando e recuperando os princípios de sua origem. Os laços consangüíneos marcam fortemente os duzentos anos de existência da comunidade. Em entrevista ao jovem professor quilombola, com formado em Língua Portuguesa e estudante do Curso de Licenciatura do Campo (UFSC), destaca questões importantes que esta relacionado a memória:

1. Questão da coletividade e da partilha
2. O engenho de farinha
3. Pertencimento da terra
4. A matriarca da comunidade

Uma referência presente nos moradores é dizer “aqui tudo é parente”. Expressões como esta permitem perceber que a comunidade da Aldeia não é nem grupos de amigos, nem de vizinhos, mas um grupo de pessoas unido por laços de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

parentesco. São considerados parentes os ligados num laço biológico de consangüinidade. Os parentes “ilegítimos” aqueles que originários de outras comunidades ou lugares, mantêm com os membros da comunidade da Aldeia relações de parentesco baseados em laços de afinidade. Essas relações de afinidade e parentesco, ou seja, de uma pessoa que chega à comunidade vinda de outra, podem ser visualizadas em sociedades africanas antes e durante a chegada dos europeus no continente. Como já dizia Meillassoux, “(...) nascer juntos, amadurecer juntos. Não é a “consangüinidade” que se expressa assim, mas a “congeneração”, o crescimento conjunto e relativo dos indivíduos uns em relação aos outros.” (1995, p. 19). Logicamente, não se pode fazer uma comparação direta, já que a comparação se refere a duas sociedades de épocas distintas, e que por isso, também se diferem muito. Porém, pode-se fazer um paralelo com antigamente e levantar a hipótese de que as pessoas fundadoras da comunidade trouxeram com elas a vivência de comunidades domésticas.

As atitudes de solidariedade ocorrem, entre pessoas cujos laços de parentesco estão baseados na consangüinidade. Por exemplo, na realização de pequenos trabalhos, como cortar lenha, lavar roupa, consertar algum dano ocorrido na casa, etc, é comum consangüíneos “ofereçam” ajuda, mesmo que esta não tenha sido solicitada. Ao trazer as lembranças do passado, o professor destaca que quando se ganhava um filho, alguém ia realizar os serviços domésticos na casa da pessoa, e os parentes se revezavam, essas são práticas presentes até os dias atuais.

Neste sentido, é ressaltado o ponto da coletividade e da partilha. São estas características, que são, particularmente, encontradas nas sociedades domésticas africanas. Estas sociedades não tinham a terra como uma propriedade privada, e trabalhavam conjuntamente para o sustento de todos e não tinham o lucro como objetivo com as suas produções. De acordo com Meillassoux, “(...) o trabalho investido na terra dá lugar a uma produção diferida, que impõe aos membros da comunidade a necessidade de serem solidários, não só durante a baixa estação, mas também de um ciclo a outro (...)” (1995, p.19) e mais

Com a sociedade de auto-subsistência ignora as trocas comerciais, seu produto não tem outro escoamento a não ser ela própria, e circula segundo um sistema redistributivo, que assegura a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade, a partir da produção dos seus membros ativos. (1995, p.20)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A relação de pertencimento da terra está ligada diretamente à ancestralidade, percebe-se isso na manifestação das pessoas que ali vivem quando mantêm viva a produção de auto-consumo (criação de pequenos animais, horta, açude) e o trabalho coletivo. O sentimento de pertencimento se fortalece através dos duzentos anos que a comunidade vive ali. E é esse tempo todo de sobrevivência da comunidade que faz com que ela cultive esse sentimento de reivindicação dessa terra, fazendo com que ela lute para que seja reconhecida como sua e de seus antepassados vindos de África.

Percebe-se que a relação de identidade quilombola se faz presente quando a comunidade busca recuperar sua história através da árvore genealógica, com o objetivo de fortalecer o sentimento de saber de onde vieram seus ancestrais para poder conhecer e firmar esta identidade. Como já dizia Le Goff a respeito da memória e da identidade: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (2003, p. 469). Na comunidade ‘Aldeia’ começaram a ser realizados trabalhos de levantamento de informações sobre sua genealogia, os primeiros resultados do estudo indicam que existe uma grande possibilidade de que os primeiros habitantes da comunidade tenham vindo da região em que hoje se situa o país de Angola. Esses trabalhos de recuperação cultural e ancestral são feitos principalmente, através da memória dos mais velhos. Na entrevista, o professor fala de sua avó que morreu recentemente, e da bisavó que viveu na época da escravidão brasileira. São figuras emblemáticas os idosos e que eles tratam com muito respeito como fala o mesmo durante a entrevista “Até hoje têm-se uma atitude de obediência e respeito, para com todos os consangüíneos classificados como “os mais velhos”, ou seja, aqueles que estão uma ou mais gerações acima.” Nessa e em outras comunidades que possuem ancestralidade em África, percebe-se um grande respeito com os mais velhos, pois estas são pessoas que possuem grande sabedoria, quanto mais se vive mais conhecimento e experiência se possui, portanto, mais respeito se impõe. Carinhosamente chamada de Vó Cilóca, a matriarca da Comunidade morreu em 2009, deixando marcas forte na sua experiência vivida na comunidade, como parteira, benzia e fazia “adivinhações”. Conforme Eliade (...) todas as culturas criam formas, vocabulários, para exprimir o sagrado. Entendendo cultura como conjunto de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

manifestações de um povo através da arte, da língua falada, dos rituais religiosos e diversas formas de comportamento social (1957, p. 25).

Outro fator citado pelo entrevistado e que remete à sua memória é o engenho de farinha que existe na comunidade. Hoje este engenho está desativado, porém ele lembra do seu tempo de criança e afirmou que todos eram criados em volta do engenho, que para eles é motivo de muito orgulho. Apesar de se localizar em uma área rural a comunidade sofre constantes influências da modernidade, porém mesmo assim, como já dito, eles estão dedicando esforços para construir a árvore genealógica e para que ocorra uma recuperação do engenho, pois atualmente devido ao desgaste do tempo foi deteriorando-se sendo necessário desmontá-lo. O fim que se espera dar ao engenho é que seja ponto de visitação histórico e que se possam fazer referências a seus ancestrais que o construíram e utilizaram.

Ao questionar o entrevistado sobre os cultos religiosos da comunidade, ele afirmou que o catolicismo predomina. Não é uma religião que foi aderida pela comunidade recentemente, pois sua avó já cultuava o catolicismo. Vale ressaltar que em África, antes da chegada dos europeus, cada sociedade possuía sua cultura e religião específica. Porém, a chegada dos europeus fez com que essa realidade fosse se moldando, já que os mesmos tentaram converter muitas sociedades ao catolicismo. Os escravos vindos da África para o Brasil chegaram a um país onde o catolicismo também predominava, sendo assim, acabaram sendo influenciados por essa religião. Apesar de que, tanto em África, como no Brasil houve muitos que resistiram e que continuaram com suas crenças independentemente da tentativa de imposição dos europeus. Por isso, pode-se fazer outra suposição de que nessa comunidade os seus primeiros habitantes já tinham o catolicismo como à religião que seguiam. Mas, ao lembrar da Matriarca da comunidade Vó Cilóca e os ritos de cura através da benzedura ou mesmo com as “adivinhações”, podemos pressupor que mantinha outras crenças. Diante da análise exposta, ressalvo o que diz Le Goff,

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (2003, p. 470)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ou seja, deve-se estar ciente de que memória coletiva, oral ou não, não está isenta de influências e mudanças propositadas. Ocorreram muitos casos ao longo da história, em que pessoas são subordinadas para que se reverta o acontecimento da maneira em que outra determinada pessoa quer. Como citou Le Goff que a memória coletiva é um instrumento e um objeto de poder, pois é através da memória do coletivo, que é de fácil manipulação, que as informações irão sendo repassadas ao longo do tempo, perpetuando-se a imagem não real que uma pessoa poderosa implantou. Desta maneira não tenho o intuito de generalizar e afirmar que também as sociedades africanas tiveram algumas informações de sua história manipulada, porém deve-se sempre ressaltar que nada está isento disso quando se fala, principalmente, em poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com este estudo iniciar reflexões a partir de programa saberes da terra de escolarização na comunidade quilombola Aldeia implementado para jovens e adultos e sua contribuição na vida das pessoas. Mais especificamente, questionamos o processo de escolarização, investigamos sobre as condições dos jovens e adultos que freqüentam o Programa Saberes da Terra.

A discussão evidenciou a relevância de se compreender a necessidade de escolarização e a construção de políticas públicas para as comunidades quilombolas. O programa proporcionou uma regularidade semanal de encontros que possibilitou estudos relacionados à realidade do grupo. Para além dos conhecimentos sistematizados, possibilitou reflexões sobre a Lei, a história dos sujeitos quilombola, exclusão do ensino regular, compreender quem é o sujeito quilombola, entender o passado para compreender o presente. Nesse conhecimento busca-se a importância da comunidade, a identidade e a memória dos homens e mulheres que ali vivem.

Por outro lado, sabe-se que outros elementos, outros atores, movimento organizado (MNU) entre outros, foram importantes e somam-se ao processo educativo e de formação de jovens e adultos da Aldeia. Com certeza a educação (escolarização) tradicional não daria conta de promover reflexões voltadas as necessidade de um grupo em especial. Para se entender e pensar escolarização dos os jovens e adultos quilombolas faz-se necessário dar outro significado ao papel deste Programa que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

objetiva a escolarização e a qualificação profissional e social. Deve-se ainda estar atento nas questões relativas às condições de trabalho, cultura, lazer, relações de gênero, entre outras. Inicialmente é necessário compreender as condições da comunidade, sua história, o contexto e as condições, para se compreender o alcance e os limites dos projetos educativos.

Portanto, é necessário romper com a idéia construída que as comunidades não sabem o que querem e o que desejam para o conjunto das pessoas que ali vivem. Por isso, a relevância de se compreender a comunidade da Aldeia, em função de seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações.

A pesquisa apontou para a visibilidade de uma comunidade quilombola catarinense que busca acessar as políticas públicas, onde querem estudar e desejam falar de si e da forma que, nesse momento, acreditam no melhor para a comunidade. Mesmo que pessoas do município e o poder público não os reconhecem como quilombola, a comunidade está construindo sua visibilidade, recuperando tradições, entendendo o passado e acima de tudo continuando na luta, acreditando em si e tendo orgulho de ser quilombola.

Muitos são os desafios na consolidação das políticas públicas para as comunidades quilombolas, o que torna essencial a ação desses sujeitos na busca por acesso. Para tanto, é necessário ampliar discussões sobre o reconhecimento da identidade quilombola na busca de autonomia e liberdade, de fazer escolhas e serem respeitados por isso. No caso do programa Saberes da Terra enquanto espaço diferenciado sim do ensino regular, porém institucionalizado poderá contribuir para o fortalecimento desse espaço. Os sujeitos quilombolas buscam, por meio do trabalho, não somente uma autonomia financeira, mas que esta lhe proporcione uma melhor qualidade de vida tanto na agricultura familiar como fora dela. Outro desafio que está posto é garantir a qualidade da educação diferenciada e que lhe permita atuar sobre o meio em que vive e de forma produtiva.

Para concluir parte destas reflexões, destaca-se a relevância dos estudos produzidos no Brasil e Santa Catarina, seja em núcleos de estudo, grupos de estudos, universidades, enfim, estudar para melhor compreender o contexto de atuação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Entretanto, é necessário destacar que estamos apresentando um estudo reflexivo a partir de uma experiência realizada na comunidade quilombola Aldeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz. Educação como exercício da diversidade. Brasília (DF): UNESCO, 2007.

KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África: I*. São Paulo: Ática, 1982

KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África: I*. São Paulo: Ática, 1982

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003

LEITE, Ilka boaventura. O legado do Testamento: a Comunidade da Casca em Perícia. Porto Alegre: Editora UFRG; NUER: Florianópolis: UFSC, 2004.

LOPES, Helena Theodoro, SIQUEIRA, José Jorge e NASCIMENTO, Beatriz Nascimento. **Negro e cultura negra no Brasil**. UNIBRADE/UNESCO: Rio de Janeiro: Papyrus, 2003.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995

Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília (DF): 2004.

Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília (DF): SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global, 2004.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global – Ação Educativa, 2004.

NUER. Núcleo de estudos sobre identidade e Relações Interétnicas. **Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras**. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2005.

PEDRO, Maria Joana. **Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ROMÃO, Jeruse Maria. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades catarinenses**, livro 5. João Pessoa: Editora Grafset, 2009.

SCHMITT, Alessandra (org.). **A Atualização do conceito de quilombo: identidades e território nas definições teóricas**. Revista ambiente & sociedade – Ano V – Nº 10º Semestre de 2002.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SILVA, Vanessa Pacheco (org). **Quilombo do Morro do Boi em Balneário Camboriú-SC: relação histórica entre a comunidade e o meio ambiente**. Revista Identidade: São Leopoldo, RS, v. 15, n. 2, jul-dez-/2010.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990